

SUMÁRIO

Capítulo 1

NOÇÕES PROPEDEÚTICAS.....	25
1.1 O QUE É DIREITO?	25
1.2 DIREITO OBJETIVO E SUBJETIVO	26
1.3 FINALIDADE DO DIREITO: CONTROLE SOCIAL, PREVENÇÃO E COMPOSIÇÃO DE CONFLITOS, PROMOÇÃO DA ORDEM, SEGURANÇA E JUSTIÇA.....	27
1.4 O DIREITO E A SOCIEDADE PLURAL E COMPLEXA	30
1.5 NATUREZA, VALORES E CULTURA	35
1.6 NORMAS ÉTICAS E NORMAS TÉCNICAS	36
1.7 ELEMENTOS DE FATO E ELEMENTOS NORMATIVOS	38
1.8 ORDENS NORMATIVAS FUNDAMENTAIS: RELIGIÃO, MORAL E DIREITO.....	39
1.8.1 Religião e Direito	39
1.8.2 Moral e Direito	39
1.9 TEXTO COMPLEMENTAR.....	43

Capítulo 2

RELAÇÃO ENTRE DIREITO E MORAL.....	47
2.1 TEORIAS ACERCA DA MORAL E DO DIREITO	47
2.1.1 Teoria dos Círculos Concêntricos	47
2.1.2 Teoria dos Círculos Secantes.....	48
2.1.3 Teoria Kelseniana.....	48
2.1.4 Teoria do “Mínimo Ético”.....	49
2.2 DISTINÇÕES ENTRE A MORAL E O DIREITO	49
2.2.1 Exterioridade do Direito e Interioridade da Moral	49

2.2.2	Bilateralidade do Direito e Unilateralidade da Moral	50
2.2.3	Coercibilidade do Direito e Incoercibilidade da Moral	51
2.2.4	Heteronomia do Direito e Autonomia da Moral.....	51
2.3	USOS, COSTUMES E CONVENÇÕES SOCIAIS.....	51
2.4	TEXTO COMPLEMENTAR.....	53

Capítulo 3

DEFINIÇÃO DO DIREITO.....	55
3.1 O DIREITO.....	55
3.2 O DIREITO OBJETIVO E O DIREITO SUBJETIVO.....	58
3.3 TEXTOS COMPLEMENTARES	59
3.3.1 Decisão dá Base Legal para Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo	59
3.3.2 Uma Saga de Mulheres.....	69
3.3.3 Doces e Gordura Liberados na Merenda Escolar	71
3.3.4 Médicos Britânicos Defendem Proibição de Anúncio de ‘Junk Food’	72
3.3.5 A Liberdade de Imprensa e o Respeito aos Símbolos Religiosos	73
3.3.6 A Liberdade de Imprensa e o Dano Moral (Daniella Cicarelli X Youtube Inc).....	77
3.3.7 Prefeita Chilena Coloca Professor de Castigo: Ficar Virado para a Parede	89
3.3.8 Manipulação de Embriões Humanos para Pesquisa. Audiência Pública sobre o Início da Vida (STF - Adin Nr. 3510).....	90
3.3.8.1 A Constitucionalidade das Pesquisas Científicas com Células-Tronco Embrionárias. Julgamento ADI nº 3.510.	92

Capítulo 4

DIREITO POSITIVO E DIREITO NATURAL	121
4.1 DIREITO NATURAL.....	121

4.1.1 O Jusnaturalismo Clássico.....	122
4.1.2 O Jusnaturalismo Moderno.....	124
4.2 DIREITO POSITIVO	125
4.3 AS TRÊS FORMAS DE POSITIVISMO JURÍDICO DE NORBERTO BOBBIO	140

Capítulo 5

DIVISÕES DO DIREITO.....	143
5.1 DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO	143
5.2 DIFERENÇAS ENTRE DIREITO PÚBLICO INTERNO E EXTERNO	144
5.2.1 Direito Público Interno e suas Divisões	144
5.2.1.1 Direito Constitucional	144
5.2.1.1.1 <i>Direito Constitucional Especial</i>	146
5.2.1.1.2 <i>Direito Constitucional Comparado</i>	146
5.2.1.1.3 <i>Direito Constitucional Geral</i>	146
5.2.1.2 Direito Administrativo	146
5.2.1.3 Direito Financeiro e Tributário.....	148
5.2.1.4 Direito Processual	149
5.2.1.5 Normas de Organização Judiciária.....	151
5.2.1.6 Direito Penal.....	156
5.2.1.7 Direito Ambiental.....	156
5.2.1.8 Direito da Criança e do Adolescente	158
5.2.1.9 Direito do Idoso.....	159
5.2.1.10 Bioética e Biodireito.....	163
5.2.1.11 Direito Internacional Privado	164
5.2.2 Direito Público Externo – Direito Internacional.....	165
5.2.3 A Questão do Direito do Trabalho	166
5.2.4 Direito Privado Interno.....	167

5.2.4.1 Direito Civil.....	167
5.2.4.1.1 <i>Parte Geral e Parte Especial do Código Civil Brasileiro</i>	168
5.2.4.1.2 <i>A Filosofia do Novo Código Civil Brasileiro</i>	169
5.2.4.1.3 <i>A Função Social</i>	172
5.2.4.2 Direitos Autorais	173
5.2.4.3 Direito da Propriedade Industrial	173
5.2.4.4 Direito Empresarial	174
5.2.4.5 Direito do Consumidor.....	175
5.2.4.6 Direito Digital	175
5.3 A QUESTÃO DA SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA DO DIREITO PÚBLICO E DO DIREITO PRIVADO	176

Capítulo 6

A TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO DE MIGUEL REALE..... 179

6.1 O DIREITO EM BUSCA DE UM NOVO SENTIDO.....	179
6.2 TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO.....	183
6.3 DIALETICIDADE DE FATO, VALOR E NORMA. A DIALÉTICA DE COMPLEMENTARIEDADE E “LEBENSWELT”	188

Capítulo 7

FONTES DO DIREITO POSITIVO 191

7.1 CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	191
7.2 SISTEMAS JURÍDICOS	192
7.3 LEI.....	193
7.3.1 Lei em Sentido Material (Substancial)	194
7.3.2 Lei em Sentido Formal	194
7.4 COSTUME	194
7.4.1 Espécies de Costume	195
7.5 JURISPRUDÊNCIA	197

7.6 A SÚMULA	198
7.7 A SÚMULA VINCULANTE	199
7.8 O PAPEL DA DOCTRINA	202
7.9 FONTE NEGOCIAL	202

Capítulo 8

NORMA JURÍDICA.....	203
8.1 CONCEITO	203
8.2 ESTRUTURA DA NORMA JURÍDICA.....	203
8.3 CARACTERÍSTICAS DA NORMA JURÍDICA	204
8.3.1 Abstração, Generalidade ou Universalidade	204
8.3.2 Imperatividade.....	204
8.3.3 Heteronomia	205
8.3.4 Alteridade	205
8.3.5 Coercibilidade	205
8.3.6 Bilateralidade Atributiva	205
8.4 CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS.....	206
8.4.1 Quanto à Extensão Territorial	206
8.4.2 Quanto à Destinação.....	206
8.4.3 Quanto à Flexibilidade	207
8.4.4 Quanto à Imperatividade	207
8.4.5 Quanto à Sanção	208
8.4.6 Quanto à Hierarquia	210
8.4.7 Quanto à Natureza de suas Disposições	211
8.4.8 Quanto à sua Fonte de Produção	211
8.4.9 Quanto à sua Existência.....	211

Capítulo 9

PROCESSO LEGISLATIVO – ESPÉCIES LEGISLATIVAS	213
---	------------

9.1 PROCESSO LEGISLATIVO.....	213
9.2 CONSTITUIÇÃO.....	213
9.2.1 Classificação das Constituições.....	214
9.2.2 Emenda à Constituição.....	215
9.3 LEIS.....	216
9.4 PROCESSO DE FORMAÇÃO DA LEI	216
9.4.1 Procedimento Legislativo Ordinário	216
9.4.1.1 Fluxo Simplificado do Processo Legislativo.....	218
9.4.2 Procedimento Legislativo Sumário	219
9.4.3 Procedimento Legislativo Especial	219
9.5 REGULAMENTO.....	220
9.6 DECRETO-LEI.....	220
9.7 MEDIDA-PROVISÓRIA	220
9.8 TEXTO COMPLEMENTAR – PROCESSO LEGISLATIVO – CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	221
9.9 PROJETO DE LEI – EXEMPLO.....	248

Capítulo 10

A LEI E O ORDENAMENTO JURÍDICO.....	251
10.1 VALIDADE DAS NORMAS.....	251
10.1.1 Validade Técnico-Formal ou Vigência da Lei	251
10.1.2 Validade Fática (Social) ou Eficácia da Lei	251
10.1.3 Validade Ética da Lei	251
10.2 INÍCIO DA VIGÊNCIA DA LEI E VACATIO LEGIS	252
10.2.1 Início da Vigência.....	252
10.2.2 Vacatio Legis.....	252
10.2.3 A Vacatio Legis e o Início da Obrigatoriedade da Lei Brasileira no Estrangeiro	253
10.2.4 A Contagem do Prazo da Vacatio Legis.....	254

10.3 PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DAS LEIS	254
10.4 PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE	255
10.5 TÉRMINO DA VIGÊNCIA DA LEI – AB-ROGAÇÃO E DERROGAÇÃO	255
10.5.1 Revogação Expressa e Revogação Tácita	255
10.6 REPRISTINAÇÃO	256
10.7 CONFLITO DAS NORMAS JURÍDICAS NO TEMPO	257
10.7.1 A Questão da Retroatividade e da Irretroatividade das Leis	257
10.7.1.1 Princípio da Irretroatividade das Leis	257
10.7.1.2 Princípio da Retroatividade das Leis	258
10.8 CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO	258
Capítulo 11	
METAFÍSICA E DIREITO – IDEALISMO E REALISMO	261
Capítulo 12	
DOGMÁTICA JURÍDICA	313
Capítulo 13	
APLICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS	329
13.1 ANTINOMIA JURÍDICA.....	330
13.1.1 Conceito.....	330
13.1.2 Critérios para a Solução das Antinomias.....	331
13.2 LACUNAS NO DIREITO (ANOMIAS)	331
13.3 ANALOGIA	332
13.4 PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO	332
Capítulo 14	
HERMENÊUTICA JURÍDICA E INTERPRETAÇÃO	335
14.1 RACIOCÍNIO APODÍCTICO E RACIOCÍNIO DIALÉTICO	335

14.2 HERMENÊUTICA – ARTE DA COMPREENSÃO	338
14.3 DO PROBLEMA METODOLÓGICO AO PROBLEMA ONTOLÓGICO. A IMPORTÂNCIA DA HERMENÊUTICA FILOSÓFICA.....	340
14.4 A HERMENÊUTICA DE HANS-GEORG GADAMER	346
14.4.1 Introdução.....	346
14.4.2 O Círculo Hermenêutico e a Questão dos Preconceitos	347
14.4.3 A Questão da Pertença.....	349
14.4.4 O Tempo em sua Produtividade Hermenêutica.....	349
14.4.5 A Questão da História Efetual e Situação Hermenêutica..	349
14.4.6 A Importância de Ter Horizontes. A Fusão de Horizontes	351
14.4.7 A Hermenêutica como Aplicação.....	353
14.5 A HERMENÊUTICA JURÍDICA	354
14.6 INTERPRETAÇÃO DO DIREITO	359
14.6.1 Métodos ou Elementos Clássicos de Interpretação	359
14.6.1.1 Gramatical, Textual, Filológica, Verbal, Semântica ou Literal (Verba Legis).....	360
14.6.1.2 Lógica (Mens Legis)	360
14.6.1.3 Teleológica ou Finalística	360
14.6.1.4 Sistemática	360
14.6.1.5 Histórica	361
14.6.1.6 Sociológica	361
14.6.1.7 Autêntica, Legal, Legislativa.....	361
14.6.1.8 Extensiva ou Ampliativa	361
14.6.1.9 Restritiva ou Limitativa.....	362
14.6.2 A Leitura do Ordenamento Jurídico à Luz dos Princípios Constitucionais	362
14.6.2.1 Regras e Princípios.....	362
14.6.2.2 Princípios Constitucionais Brasileiros.....	363

14.6.2.3 Princípio da Supremacia da Constituição.....	365
14.6.2.4 Princípio da Presunção de Constitucionalidade das Leis e dos Atos do Poder Público	365
14.6.2.5 Princípio da Interpretação conforme a Constituição	365
14.6.2.6 Princípio da Unidade da Constituição	366

Capítulo 15

TEORIA DOS CASOS DIFÍCEIS NO DIREITO	367
15.1 O QUE É UM CASO DIFÍCIL NO DIREITO?	367
15.2 TEORIA DA DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL – HERBERT HART ...	367
15.2.1 A Teoria Hartiniana acerca dos Casos Difíceis	367
15.2.2 Regra de Reconhecimento	368
15.2.3 Como se Resolvem os Casos Difíceis para Hart?.....	369
15.3 TEORIA DA RESPOSTA CORRETA - RONALD DWORKIN	370
15.3.1 A Teoria de Ronald Dworkin acerca dos Casos Difíceis ...	370

Capítulo 16

ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	375
16.1 A RELEVÂNCIA DA ARGUMENTAÇÃO PARA O DIREITO	375
16.2 CLASSIFICAÇÃO DOS ARGUMENTOS JURÍDICOS	377

Capítulo 17

RELAÇÃO JURÍDICA	379
17.1 CONCEITO	379
17.2 ELEMENTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA	379
17.3 SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA	380
17.4 VÍNCULO DE ATRIBUTIVIDADE.....	380
17.5 OBJETO	380
17.6 CLASSIFICAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA	381
17.6.1 Relação Jurídica Simples e Plurilateral	381

17.6.2 Relação Jurídica Relativa e Absoluta	381
17.6.3 Relação Jurídica de Direito Público e de Direito Privado ..	381
17.7 DIREITO SUBJETIVO	382
17.7.1 Conceito.....	382
17.7.2 Classificação.....	382
17.7.2.1 Direitos Patrimoniais e Direitos Não-Patrimoniais	382
17.7.2 Direitos Reais e Direitos Obrigacionais (Direitos Pessoais, Direitos de Crédito)	383
17.8 DIREITO POTESTATIVO	383
17.8.1 Diferenças com o Direito Subjetivo	383
17.8.2 Conceito.....	384
17.8.3 Classificação.....	384
17.9 FACULDADE JURÍDICA	384
17.10 DEVER JURÍDICO.....	384

Capítulo 18

NOVOS DIREITOS E DIREITOS HUMANOS.....	387
18.1 NOVOS DIREITOS	387
18.2 DIREITOS HUMANOS	389
18.2.1 A Ideia de Gerações de Direitos Humanos.....	395
18.2.2 Características dos Direitos Humanos.....	398
18.2.3 Gramática dos Direitos Humanos.....	404
18.2.4 Direitos Humanos e a Regra Interpretativa Pro Homine	405

Capítulo 19

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	411
19.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....	411
19.2 DIGNIDADE HUMANA E INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS.....	420
19.3 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO DISCURSO LEGITIMADOR DO DIREITO	434

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	461
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	465